

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



XXXII CONGRESSO DO PSD 13 e 14 de Março de 2010

EDITORIAL



As eleições no PSD

No próximo dia 26 de Março cumpre-se um dos mais significativos actos da vida interna do PSD: a eleição do seu líder.

Não é uma eleição qualquer.

Vivemos um momento histórico no País e no Partido. No País, com uma crise económica e social graves e que se ancora em razões conjunturais externas mas também estruturais internas. No Partido, com a imperiosa necessidade da sua afirmação como alternativa credível e consistente de poder por contraponto ao desvario socialista.

Vencer no Partido, para a seguir vencer no País é, em traços gerais, o desafio que se coloca aos candidatos à liderança do PSD. E é essa também a enorme responsabilidade que recai sobre o militante anónimo do PSD. Saibamos estar à altura das nossas responsabilidades. Saibamos escolher o melhor. O próximo líder do PSD. Incontornavelmente, o próximo Primeiro-Ministro de Portugal.

É a hora!

Jorge Neto
O Director

Esta edição do "Povo Livre" é totalmente dedicada ao XXXII Congresso do nosso Partido e pretende dar aos militantes uma panorâmica do que ali se discutiu, sendo esta a primeira grande apresentação pública dos quatro candidatos à liderança social-democrata, a decidir em eleições directas no próximo dia 26 de Março.

Na próxima edição recuperaremos algumas intervenções de outros destacados militantes - que foi impossível incluir neste número - e assim completaremos o nosso dever, definido por Sá Carneiro, de ser "A memória escrita do PSD, no Poder ou fora dele".

Ainda incluímos neste número alguns artigos de Opinião, que perderiam oportunidade, bem como a rubrica "Cartas e Mensagens ao PSD", o nosso contacto semanal com os leitores do "Site do PSD" e do "Povo Livre".

XXXII Congresso (Extraordinário) do Partido Social Democrata



Os trabalhos do XXXII Congresso do PSD tiveram início às 13:53, com o presidente da mesa, Rui Machete a apresentar os objectivos do Congresso.

Estavam inscritos 830 congressistas, entre 500 a 600 observadores e 350 elementos da comunicação fizeram a cobertura da reunião magna social-democrata.

O XXXII Congresso do PSD foi solicitado por 2500 militantes, que responderam a um apelo de Pedro Santana Lopes, para debater a situação política e alterações estatutárias.

Houve, logo antes da abertura, uma proposta polémica de concentração dos trabalhos num só dia.

Esta proposta foi de imediato criticada pelo ex-presidente do PSD, que considerou não ter sido para isso que promoveu o requerimento subscrito por 2500 militantes, que impôs a convocação deste congresso extraordinário.

Assim, o presidente da Mesa do Congresso do PSD, Rui Machete, anunciou logo na abertura, que este órgão tinha decidido não apresentar qualquer proposta de alteração da ordem de trabalhos, mantendo os dois dias de trabalhos, como estava previsto.

O anúncio feito por Rui Machete no início do congresso extraordinário de Maфра foi recebido com palmas pelos congressistas e muitos gritos de "PSD, PSD".

"Foi-nos sugerido proceder a uma alteração na ordem dos trabalhos", referiu Machete, mas "...essa sugestão porém - fizemos uma recolha informal de opiniões - tem provocado dissentimentos importantes e levaria porventura à perda de algum tempo a discutir esta matéria. Portanto, a Mesa decidiu manter a ordem dos trabalhos tal como se encontrava definida na convocatória", acrescentou.

Após a abertura formal dos trabalhos, a presidente do PSD, Manuela Ferreira

Leite, num discurso que foi, simultaneamente, de abertura e de despedida, lembrou que Governo propõe no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aumentar impostos a pelo menos três milhões e meio de portugueses - e logo aos que se encontram em escalões que menos podem suportar erosões grandes dos seus rendimentos - além de não conter virtualidades de crescimento real da economia e recuperação do desemprego..

Na sua intervenção, Manuela Ferreira Leite apelidou o PEC de "programa de estabilidade e estagnação" e recusou contribuir para um consenso sobre medidas que "só são necessárias porque a política errada deste Governo as tornou inevitáveis".

Apesar disso, considerou que "neste momento a posição do PSD é decisiva para tranquilizar os mercados".

De acordo com Manuela Ferreira Leite, as medidas contidas no PEC "são as medidas adequadas a uma situação desesperada" que é da responsabilidade da governação socialista que andou "a vender perspectivas sem sentido" aos portugueses.

"Só por desespero se podem aumentar impostos a, pelo menos, três milhões e meio de portugueses, afirmando com a maior desfaçatez que não há aumento de impostos. Só por desespero o Governo propõe reduzir as despesas sociais quando não há melhoria no nível de desemprego", criticou.

A líder social-democrata (e ex-Ministra das Finanças) referiu também à "lista apressada de privatizações" proposta no PEC, dizendo que dá razão aos seus avisos de que Portugal estava a perder a sua independência económica.

Ferreira Leite lamentou que não tivessem ouvido os seus avisos, acrescentando: "Agora reclamam consenso aos partidos

da oposição. Consenso sobre quê? Consenso sobre as medidas a aplicar? Não. Estas medidas só são necessárias porque a política errada deste Governo as tornou inevitáveis".

"O consenso que demos responsavelmente aos instrumentos necessários para acalmar as instituições financeiras internacionais não resulta de qualquer apreciação positiva dos documentos em causa ou das medidas preconizadas. Resulta de neste momento não haver outra solução perante as instituições internacionais. Ou seja, resulta exclusivamente do nosso entendimento sobre o que significa o interesse nacional".

"Neste momento a posição do PSD é decisiva para tranquilizar os mercados", considerou.

A presidente do PSD chamou ainda atenção dos Congressistas, para o facto de "ter tido razão antes de tempo; e que agora é evidente que os portugueses foram enganados pelo PS", lamentando, por Portugal, o resultado das passadas legislativas.

Num balanço do seu mandato de dois anos como presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite disse que a tranquiliza "ter sempre falado verdade aos portugueses" e ter escolhido o caminho "mais difícil" de não apresentar "promessas fáceis e falsas soluções".

"Passados quase dois anos sobre a data em que assumi a liderança do PSD, o balanço que faço tranquiliza-me. Dos três actos eleitorais que disputámos perdemos um, muito importante: as eleições legislativas. Em democracia os eleitores têm razões que não se discutem, e por isso eu não o faço. Não o discuto, mas lamento, por Portugal", disse.

Segundo a presidente do PSD, "a situação em que nos encontramos hoje era previsível e era evitável".

"Sabíamos que a História nos iria dar razão, mas também sabíamos dos enormes custos que comporta, em política - como muitas vezes na vida - ter razão antes de tempo. Não nos arrependemos, antes pelo contrário", acrescentou.

Ferreira Leite leu ainda um excerto do seu discurso no congresso de 2008, realizado em Guimarães, em 2008, e depois observou: "Infelizmente, isto podia ter sido escrito hoje. Os sinais de há dois anos estavam bem à vista".

A presidente do PSD reclamou ter actuado sempre para servir o país, "sem medo de ir contra a corrente", e ter conseguido "cimentar o PSD como alternativa credível ao Governo socialista".

O próximo presidente do PSD "iniciará o seu mandato com um património que muito me orgulho de ter reforçado: a credibilidade do partido", disse.

Quanto ao futuro do PSD, defendeu que o partido deve manter "a defesa intransigente de um Estado independente dos interesses particulares, deste ou daquele grupo empresarial ou determinado grupo financeiro".

Manuela Ferreira Leite referiu nunca viu no requerimento que impôs a realização deste congresso extraordinário "intenções malévolas ou contrárias aos interesses do partido".

"Por isso, não fiz qualquer movimento para o contrariar e, também por isso, não aceito que possa através da comunicação social ter sido sugerido que a Comissão Política Nacional tinha alguma intenção de intervir numa hipotética alteração da ordem de trabalhos deste congresso", acrescentou, recebendo palmas.

Sobre a questão da duração deste congresso, Ferreira Leite considerou que "qualquer tempo de discussão não é demais".

Texto completo da intervenção de Manuela Ferreira Leite

Começo por saudar todos os militantes - não só os que estão presentes mas também os que nos acompanham na transmissão on-line do site do Partido e pela Comunicação Social, que se reúnem neste belíssimo e moderno Concelho de Mafra, beneficiando da hospitalidade do Presidente da Câmara, Eng.º. Ministro dos Santos, a quem agradeço a sua pronta disponibilidade para nos receber.

Este é um Congresso Extraordinário que tem lugar a pedido de militantes num movimento liderado pelo Pedro Santana Lopes.

Foi um processo legítimo e conduzido de forma muito correcta.

Nunca vi nesta iniciativa intenções malévolas ou contrárias aos interesses do Partido.

Por isso, não fiz qualquer movimento para o contrariar.

E também, por isso, não aceito que possa ter sido atribuído à Comissão Política Nacional uma hipotética intromissão nos trabalhos deste Congresso.

Acredito que o objectivo deste Congresso é discutir o futuro do País e do Partido.

Os temas são tão importantes que qualquer tempo que lhes seja dedicado, não é demais.

Se o soubermos fazer com elevação e sentido de responsabilidade, sairemos reforçados deste nosso encontro.

Desejo, assim, ardentemente que no final dos trabalhos possamos concluir que valeu a pena.

E terá valido a pena se desta nossa reunião resultar um maior esclarecimento dos Portugueses sobre a situação real do País, sobre o que está em causa nos próximos anos, sobre o papel do PSD na sociedade Portuguesa, sobre a forma mais correcta de fazer política, sobre os horizontes que o nosso Partido pode abrir no futuro e sobre a nossa responsabilidade nesse futuro.

Caros Companheiros, a situação real do País foi há muito evidenciada pelo PSD e foi feita num tempo que provocou ataques violentos por parte de muitos dos que hoje reconhecem que era tudo verdade.

A situação em que nos encontramos hoje era previsível e era evitável.

Vou recordar-vos o diagnóstico feito em Junho de 2008. Disse, na altura:

“O nosso tecido empresarial merece um olhar atento.

O coração da nossa economia está nos muitos milhares de pequenas e médias empresas que dia a dia lutam pela sobrevivência num ambiente de incerteza e perante obstáculos que tardam em ser removidos.

São sobretudo elas que criam emprego. São as que inovam mais rapidamente. São o que há de melhor no potencial de desenvolvimento económico português.

Temos, pois, que lhes dar reais condições de desenvolvimento e competitividade. Não nos basta que sobrevivam.

Queremos que floresçam e conquistem novos mercados.

Disso depende a vitalidade duradoura do nosso tecido económico e o progresso pessoal e profissional a que naturalmente todos aspiram.

E também só assim é que poderemos estancar a saída para o estrangeiro de muitos jovens altamente qualificados e nos quais Portugal tanto investiu.

Um País que não sabe utilizar as qualificações e valências dos seus cidadãos, que não valoriza o seu capital humano, está a empobrecer-se todos os dias.



O crescimento económico português tem sido totalmente insatisfatório. É um mau desempenho que não decorre apenas de qualquer crise internacional. É antes o resultado de uma política mal conduzida ou inconsistente.

Já não é gastando recursos públicos que Portugal avança e isso exige que a política de investimentos públicos seja muito criteriosa.

As decisões nesta matéria têm que conseguir responder a duas questões: precisamos realmente dos investimentos? Temos meios para os pagar?

A vaga avassaladora de propostas de infra-estruturas que este Governo anuncia e de que o País nem sempre carece, e para os quais manifestamente não tem dinheiro, ficará para a história como um dos maiores erros políticos cometidos.

Não é por esta via que o País se desenvolverá, que se criarão empregos ou que a economia vai prosperar.

Passada a glória dos anúncios e das inaugurações, ficará apenas uma pequena valia e uma enorme factura a pagar pelos cidadãos e pelas empresas.

Mas faltarão os meios para acudir às verdadeiras questões que afligem os Portugueses

no seu dia a dia. E essas questões são hoje as de natureza social.

É cada vez mais difícil a situação de muita gente que trabalha, mas vê o seu nível de vida piorar. De gente que desespera por ter perdido o emprego ou que vive de pequenas pensões ou das suas magras economias.

Chegámos ao ponto de termos hoje uma situação de quase emergência social, que exige uma acção imediata, determinada e corajosa.

Não se trata de instituir novos subsídios que perpetuam as dependências, mas de centrar a nossa atenção em políticas que criem oportu-

nidades de intervenção e que complementem a acção do Estado, como é desejável.

Esta situação de emergência pode justificar que se abdicuem de alguns investimentos para afectar recursos aos casos mais prementes.

É um assunto que tem de ser ponderado... “

Sócrates tenta com um frenesim desajeitado, remendar todas as miragens que vendeu e rasga, uma a uma, as medidas que defendeu sem dispor de meios para o fazer

O que acabei de ler é uma transcrição do que disse há 2 anos no Congresso de Guimarães.

Infelizmente, isto mesmo podia ter sido escrito hoje.

E os sinais há dois anos estavam bem à vista. Se os não viram foi porque não quiseram ver.

E foi pena que não se tivesse visto a tempo, porque hoje não estaríamos na

situação gravíssima em que nos encontramos.

E não nos cansamos de afirmar que toda esta análise foi feita pelo nosso Partido, como nenhum outro mais o fez.

Caros Companheiros, hoje, passada a fase em que valeu tudo para ocultar os maus resultados antes das eleições, em que a propaganda e as promessas delirantes criaram uma espessa névoa sobre a realidade, hoje está à vista de todos que o PSD tinha razão.

Hoje, passada a fase da campanha eleitoral, em que o Partido Socialista se uniu para escamotear as suas gravíssimas responsabilidades, em que o Líder do PS fingia nada ter a ver com o Primeiro-Ministro dos últimos 4/5 anos, hoje está desmascarada a farsa mantida à custa de todos os contribuintes e dos cidadãos que, em situações de desespero, acreditavam poder receber ajuda do Estado.

Hoje, já são mesmo muito poucos os que continuam a tecer loas ao Governo anterior e ainda menos os que acreditam no Governo actual e na sua capacidade de regenerar a economia e o tecido social cada vez mais frágeis.

Hoje, os Portugueses assistem estupefactos à dimensão galopante da dívida externa, zelosamente omitida ou desvalorizada no discurso oficial até há pouco mais de um mês.

Hoje, já não suscitam exclamações escandalizadas as vozes que se insurgem contra os investimentos públicos megalómanos, tendo em conta a insustentabilidade dos encargos com a dívida e é mesmo o próprio Governo que tenta fazer passar a ideia de que tudo há-de fazer, a seu tempo, como se esse tempo não fosse o de um horizonte tão largo que não conseguimos abarcá-lo.

Finalmente, hoje já ninguém tem dúvidas de que tudo o que denunciámos, tudo a que nos opusemos, ponto por ponto, sistematicamente, com coerência e com indignação, tudo está hoje confirmado.

O Partido Socialista e o Eng. Sócrates tentam agora com um frenesim desajeitado, remendar todas as miragens que venderam como benefícios ao nosso alcance e têm rasgado uma a uma todas as medidas que defenderam anteriormente e que não podiam ter defendido porque não dispunham de meios para o fazer.

Tentam fazê-lo com recurso aos métodos de sempre, a vitimação, a propaganda e a ocultação, tanto quanto possível, da realidade dos factos.

Hoje, sente-se mesmo o desespero revoltado dos que se sentem agora enganados. É o preço de se conquistar o poder à custa de enganar ou de ilusões.

Hoje, o tempo é de pagar a factura.

Mas hoje está aí a confissão pública e oficial de que os Portugueses andaram a ser enganados e de que, afinal, o PSD é que tinha razão.

Essa confissão pública, por parte do Governo, está contida no Programa de Estabilidade e Crescimento, esse progra-

ma que o Governo apresenta ao País até 2013 e que, na realidade é um **Programa de Estabilidade e Estagnação**.

Neste programa está escrito que até 2013 Portugal vai continuar a afastar-se do nível médio da Europa, que o nosso crescimento não irá além de 1,7% no final do período e, por isso, o desemprego manter-se-á sempre acima de 9%.

Os encargos já assumidos para muitos anos futuros, não podem perspectivar melhorias significativas para além de 2013.

É um cenário desanimador e tanto mais desanimador quanto se andaram a vender falsas perspectivas sem sentido.

Agora os Portugueses têm de gerir uma desilusão. Acreditaram no que era apenas propaganda sem adesão à realidade.

Tomámos agora consciência de que andámos a ser enganados.

As medidas propostas nesse programa confirmam tudo o que sempre dissemos.

Nós sempre dissemos que a política que estava a ser seguida nos estava a conduzir para o abismo.

O Dr. Vítor Constanção diz agora que as medidas propostas são as adequadas.

Eu acrescentarei que são as adequadas a uma situação desesperada.

Tomámos consciência de que andámos a ser enganados.

Só por desespero se podem aumentar impostos a pelo menos 3 milhões e meio de Portugueses, afirmando com a maior desfaçatez que não há aumento de impostos.

Só por desespero o Governo propõe reduzir as despesas sociais quando não há melhoria no nível de desemprego.

Por isso a questão que se coloca a propósito deste programa não é se as medidas são adequadas, se são certas ou são erradas.

A questão política que se coloca é **como é que foi possível tanta irresponsabilidade para conduzir o País a uma situação tal como a presente**, cuja correcção implica medidas tão duras para os Portugueses que não lhes permite perspectivar melhoria no seu nível de vida nos próximos anos?

Como é que foi possível ignorar o que aconteceria aos Portugueses quando fôssemos obrigados a viver mais de acordo com as nossas possibilidades?

E isto ocorreria, obviamente, mais cedo ou mais tarde.

Como foi possível fingir que se desconhecia o nosso nível de endividamento e imaginássemos ainda mais projectos, ainda mais fantasias, como se tivéssemos dinheiro para os pagar.

Temos dito muitas vezes que estávamos a perder a nossa independência económica.

A lista apressada das privatizações, agora anunciadas, confirma aquela afirmação.

Nunca quiseram ouvir os nossos avisos, mas agora reclamam consenso aos Partidos da Oposição.

Consenso sobre quê?

Consenso sobre as medidas a aplicar?

Não, estas medidas só são necessárias porque a política errada deste Governo as tornou inevitáveis.

O consenso que demos, responsavelmente, aos instrumentos necessários para acalmar as instituições financeiras internacionais, não resulta de qualquer apreciação positiva dos documentos em



causa ou das medidas preconizadas.

A nossa posição resulta de neste momento não haver outra solução perante as instâncias internacionais, ou seja, resulta exclusivamente do nosso entendimento sobre o que significa o interesse nacional.

Este Congresso também foi realizado para pensar o Partido!

Caros Companheiros: Este Congresso também foi realizado para pensar o Partido!

E neste momento, entendo que a posição do PSD é decisiva para tranquilizar os mercados.

Se temos necessidade de reflectir, não é por enfrentarmos problemas diferentes de outros Partidos, mas por percebermos que o sistema partidário está em crise, com a sociedade a olhá-lo de forma pouco confiante e a virar-se para formas de intervenção cívica fora dos Partidos.

Precisamos de saber adaptar-nos a esta nova realidade que nos rodeia.

Realidade em que os Partidos estão a ser subalternizados pelo peso crescente da sociedade civil, porque esta se preocupa com os problemas reais dos cidadãos e não com as fórmulas de satisfazer clientelas.

Ora, a maior riqueza que existe nos Partidos são os militantes.

Os militantes dedicam-se por devoção e espírito de serviço, por ideário político, pela defesa de princípios e valores em que acreditam e que desejam para o País.

Uma Democracia não vive sem Partidos Políticos fortes.

Assim, os Partidos que querem sobreviver à actual onda de desconfiança por parte da sociedade, têm de preservar o valor e a genuinidade dos seus militantes.

Eles não podem ser olhados como “joguete” de interesses individuais ou de grupos.

Eles têm de ser olhados, um a um e não como grupo.

É por isso que o PSD tem na sua génese um potencial de vitalidade imbatível.

Porque são muitos os verdadeiros mi-

litantes que engrossam as nossas fileiras. A eles se devem a implantação do Partido, a sua força e o seu crédito.

Não deixemos que esse crédito seja desbaratado porque é na sua mão que está o futuro do Partido.

Outro grande desafio do PSD é a defesa intransigente de um Estado independente

Outro grande desafio do PSD é a defesa intransigente de um Estado independente.

Um Estado independente dos interesses particulares, independente deste ou daquele grupo empresarial ou de determinado grupo financeiro.

Temos consciência de que esta é uma tarefa pesada, da qual nunca desistimos. E o desenrolar dos acontecimentos deu-nos razão.

É já evidente para todos que a malha de interesses em que o estado foi envolvido só prejudicaram, e prejudicam, o País, seja porque viciam a afectação de recursos públicos, seja porque criam um clima de desconfiança generalizada.

A tentativa de compra da TVI pela PT, que oportunamente denunciámos, é disso um bom exemplo.

Mas também o recurso sistemático às adjudicações directas em detrimento de concursos públicos é uma prática que mina a confiança no Estado.

O acesso diferenciado a apoios públicos fomenta a suspeita.

Apesar dos ataques quase diários e das acções inéditas, em 30 anos de Democracia, contra um Partido da Oposição, nada nos demoveu na defesa de um Estado independente.

Ora, uma marca do PSD sempre considerar que a prioridade, a primeira obrigação de um Governo é estar ao serviço de todos os Portugueses.

Uma Democracia de qualidade assim o exige.

Um Governo que privilegia um pequeno grupo de grandes interesses não

está ao serviço de Portugal.

Por isso, falámos de asfixia democrática porque só em plena liberdade o Estado é independente.

É necessário um Estado em que seja percebida de forma clara a separação entre os poderes político, legislativo e judiciário. Um Estado que seja tão exigente consigo próprio como o cidadão. Um Estado suficientemente forte para que não possam existir dúvidas quanto à sua independência perante os interesses particulares. Um Estado com funções claramente definidas, cioso das suas competências e escrupuloso no respeito pela esfera privada.

Só assim seremos capazes de transformações profundas, de que resultem impulsos de desenvolvimento e bem estar significativos.

Sabemos que esta é uma tarefa muito difícil. E é uma tarefa muito difícil porque o poder socialista criou uma nebulosa entre os interesses públicos e privados.

O balanço de dois anos de Presidência do PSD

Caros Companheiros, passados quase dois anos sobre a data em que assumi a Presidência do PSD, o balanço que faço tranquiliza-me.

Dos três actos eleitorais em que participámos, perdemos um, muito importante: as Eleições Legislativas.

Em Democracia os eleitores têm razões que não se discutem, e, por isso, não o faço. Não discuto, mas lamento, por Portugal.

Tranquiliza-me o facto de termos sempre falado verdade aos Portugueses e assim contribuimos decisivamente para a credibilização do PSD.

E este é um ponto a que atribuo enorme importância, pois o maior património de um Partido é o reconhecimento da sua seriedade política.

Mas a imagem do Partido e a mensagem que transmite ao eleitorado não é apenas resultado da acção do líder, mas também muito da acção conjunta

dos seus militantes, dos protagonistas de todos os seus órgãos, desde a Comissão Política ao Grupo Parlamentar, da JSD aos TSD.

É, por isso, que aqui partilho esse valioso contributo que demos, ao cimentar o PSD como alternativa credível ao Governo Socialista.

Estou consciente de que o caminho escolhido era o mais difícil.

Repudiámos, de forma clara e frontal, as promessas fáceis e as falsas soluções assentes em slogans que ficam no ouvido. Conheciámos bem a situação em que o País se encontrava, a despeito da propa-

ganda enganadora com eco diário nos meios de comunicação social.

Sabíamos que a História nos iria dar razão, mas sabíamos também dos enormes custos de ter razão antes do tempo.

Não nos arrependemos, bem pelo contrário.

A política só vale a pena quando tem como principal objectivo servir o País. Foi o que fizemos, sem medo de ir contra a corrente. Sem medo das críticas fáceis e rejeitando o tacticismo oportunista.

A política só nos interessa quando é feita por convicção e assente em valores. Portugal atravessa um período parti-

cularmente delicado.

Este quadro exigir muito do PSD.

Mas a futura liderança Social-Democrata, iniciará o seu mandato com um património que muito me orgulho de ter reforçado a credibilidade do Partido.

Deste modo, o PSD mantém-se inscrito no futuro de Portugal!

Antigos Presidentes e actuais Candidatos...

Uma das marcas mais positivas do Congresso, foi a presença, há muito não verificada, de antigos “leaders”, que neste

momento de crise não quiseram deixar de estar presentes, para com a sua experiência saber, se tornarem úteis e mesmo imprescindíveis, ao sucesso da reunião.

Assim estiveram presentes Ruy Machete (que se mantém no activo, como Presidente da Mesa e regulador do Congresso, Marcelo Rebelo de Sousa, Marques Mendes, Luis Filipe Menezes e Pedro Santana Lopes.

Marcelo Rebelo de Sousa, o mais mediático dos nossos ex-dirigentes, disse ao chegar ao Congresso de Mafra que “não entra candidato nem sairá candidato” à liderança do partido.

Marcelo Rebelo de Sousa

«Não entro candidato nem saio candidato!»

Marcelo Rebelo de Sousa chegou ao Pavilhão Ministro dos Santos, onde decorreu o XXXII Congresso do PSD, cerca das 15:30 horas, num momento em que os congressistas tinham feito um intervalo para almoço.

“Uma coisa é certa: não entro candidato nem saio candidato”, disse o ex-presidente do PSD aos jornalistas, reiterando aquilo que tem dito sobre esta matéria.

Questionado sobre a decisão da Mesa do Congresso de não propor a alteração da ordem de trabalhos e a concentração do congresso num só dia, Marcelo considerou que isso “dá mais tempo para discutir o país e depois para discutir os estatutos”.

Os candidatos à liderança, Pedro Passos Coelho e Paulo Rangel saudaram a participação no congresso do ex-líder Marcelo Rebelo de Sousa, mas rejeitaram que essa presença signifique uma candidatura.

“Em primeiro lugar aproveito para lhe mandar um abraço, a última vez que estive com ele foi no congresso em 1996, já lá vão uns anos valentes”, afirmou Passos Coelho, questionado pelos jornalistas.

Questionado se entende que esta presença significa uma candidatura, o ex-líder da JSD recusou fazer essa leitura.

“Ele faz o que qualquer militante com responsabilidades faz, vem dar o seu contributo para a elevação do debate, é isso que espero que faça”, disse, admitindo, contudo, que Marcelo tem o direito de se candidatar “como todos”.

Paulo Rangel, por seu lado, considerou a presença de Marcelo Rebelo de Sousa, como um “indicativo do momento do país”.

“A presença uma pessoa como Marcelo Rebelo de Sousa é essencialmente, julgo eu, indicativo do momento que o partido atravessa”, afirmou.

Tendo sido dos primeiros militantes a dirigir-se ao Congresso, após o intervalo de almoço, o ex-presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa lamentou que não tenha havido uma candidatura unitária à liderança do partido, considerando que “este era o momento certo para repetir o esforço de unidade nas candidaturas”.



Marcelo defendeu que “é preciso mudar de gente” na política e ter como líderes “gente de quem se possa dizer que trabalhou na vida, mostrou o que valia fora da política” e que “aquilo que tem em patrimónios e rendimentos seja fácil de dizer de onde veio”.

“Gente séria apoiada por gente de série. Que tenha subido na vida como a maioria dos portugueses e não pelo partido, o protector, o compadre, ou o padrinho”, prosseguiu, considerando que, caso contrário, por mais leis que se mudem ou discursos que se façam “o povo não acredita”.

“Pode até resignar-se ou tolerar por mais uns tempinhos, mas não confia neles”, acrescentou.

Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, é também “preciso mudar a maneira de fazer política em Portugal” e os partidos precisam de “redescobrir as suas origens sociais”.

Nesta sua crítica ao estado dos

partidos, ressaltou que a excepção é o “património regional e autárquico”, que saudou (entre grandes aplausos e gritos de “PSD, PSD”) “na pessoa do Alberto João Jardim”, presidente PSD/Madeira e do Governo Regional da Madeira.

A propósito da unidade, Marcelo apontou que nas décadas de 70, 80 e 90 a regra no PSD foi haver uma candidatura única e que “isso mudou a partir de 2000”.

“Este era o momento para repetir o esforço de unidade nas candidaturas, para ultrapassar guerras recentes cá dentro e afirmar o partido com maior vigor lá fora”, disse, considerando que “teria valido a pena o esforço de unidade, tanto mais fácil quanto as divergências visíveis são, afinal, menos doutrínarias, ideológicas e até menos estratégicas do que noutros tempos”.

“Assim não aconteceu e essa matéria é já irreversível”, acrescentou, apelando a todos para que promovam a unidade

interna durante a próxima liderança do PSD porque “o partido precisa de todos”.

No que respeita à situação económica do país, Marcelo criticou o Governo por pretender “votar o Programa de Estabilidade e Crescimento – que se atrasou dois meses – na véspera da eleição do líder do PSD, cujo apoio futuro se quer alcançar, sem o adiar sequer três ou quatro dias”.

Por outro lado, defendeu que se deve exigir que “aqueles que mais podem suportem mais sacrifícios, a começar pelos políticos e gestores públicos, que devem dar o exemplo: sem privilégios, sem bónus, sem prémios, sem reformas”.

No início do seu discurso, o comentador político dirigiu-se a Manuela Ferreira Leite, dizendo-lhe: “Senhora presidente do partido, quando o distanciamento o permitir, a história registará o que significou ter sido neste país misógino a primeira mulher a liderar um partido e o maior partido político de Portugal”.

Antes, Marcelo Rebelo de Sousa,

tinha igualmente considerado no congresso extraordinário de Mafra, que a nova liderança social democrata não deve “ir a correr por correr atrás dos seis meses de teórica possibilidade de dissolução, que começam daqui a duas semanas”.

“Portugal precisa de outro Governo, mas com garantias de horizonte e de estabilidade, não da aventura de uma crise prematura que se salde num fracasso político e atinja a nossa nova liderança, o PSD e, portanto, Portugal”, considerou Marcelo.

Mais tarde, falando a jornalistas, Marcelo elogiou os quatro discursos dos candidatos à liderança e apelou ao esforço de unidade depois da eleição, “é preciso todos remarem na mesma direcção”.

Foi na pausa dos trabalhos para o jantar que o professor fez a análise de cada um dos discursos dos quatro candidatos, elogiando todos eles.

“O Castanheira Barros fez um testemunho muito basista, que lhe veio do coração, muito sincero, muito directo”, disse, da prestação do candidato advogado de Coimbra.

Sobre Paulo Rangel, disse que “fez uma grande peça de oratória, muito bem escrita e bem dita”.

Quanto a José Pedro Aguiar Branco, Marcelo registou que “teve três ou quatro ideias fortes, um discurso mais doutrinário e acabou também com muita força”.

Também Pedro Passos Coelho, “começou muito bem, teve uma primeira parte muito bonita, do ponto de vista empático, muito pessoal”, mas reconheceu que no final algo correu mal: “Perdeu-se com o tempo, na parte final não lhe saiu bem, aquele cumprimento ao Jardim, ele queria simpático, e acabou em “gaffe”; ... mas às vezes com o nervoso da situação, sai, não sai...”

Afirma o professor que, na sua interpretação, Passos Coelho queria ser

simpático, mas “não soube encontrar o discurso afectivo”. E deixou a receita certa: “com Alberto João tem de se falar com o coração e não com a cabeça”.

De qualquer forma, não considerou esta parte menos boa como decisiva, “ninguém está estragado definitivamente, mas não se saiu muito bem, apesar de ter tido uma parte inicial muito boa”.

Sobre o congresso, o ex-líder do partido diz que “ninguém sabe se vai ser determinante” para a eleição do líder.

Este congresso “é muito importante, e devemos isso a Santana Lopes”, disse o professor, explicando o que gostaria que acontecesse: “Aquilo que tentei explicar no meu discurso, o Partido fazia Congressos, cada um defendia as suas ideias, depois ia a votos, e havia um que ganhava, os outros retiravam as candidaturas e uniam-se todos”.

“O problema do Partido nos últimos anos, é que como vão sempre até ao fim as candidaturas, fica sempre aquela ferida e fica a divisão. Isso perpetua-se para o mandato seguinte. É preciso fazer um esforço de unidade depois desta eleição. E todos remarem no mesmo sentido”, afirmou o ex-líder.

A terminar, o professor manifesta a sua indignação com o papel do partido no País, explicando que, ao ouvir todos os discursos, constata que “este partido tem quadros que são melhores que os do PS, como é que este partido não está no Governo?”.

Mas tem o diagnóstico e a solução, diz, “há qualquer coisa de errado, e a meu ver o errado relaciona-se com a divisão do partido. Ficam enquistadas posições. Tornou-se regra “e fulano está a falar não entro na sala”... não pode ser! A riqueza do partido está em convergir.”

Questionado pelos jornalistas sobre se os candidatos devem desistir, defendeu que “pela lógica do sistema, os candidatos

irão até ao fim, mas o que ganhar **é bom que não lhe suba à cabeça, não pode ser arrogante, tem que ir buscar os outros, e os que perderem não podem ficar encostados, do género, eu perdi vou ver se te lixo para daqui a dois anos ganhar.**”

Justificando a sua presença no congresso, disse que “era mais importante o apelo de unidade no partido, foi esse o meu entendimento e neste momento não tenho ainda candidatura escolhida, no sentido de publicamente apoiar uma candidatura. Vim aqui para dizer, atenção, vejam a lição do passado, apostem

No seu discurso, o ex-presidente do PSD tinha também apontado, como tarefa dos socialdemocratas fazer oposição “inteligente e responsável” e “preparar uma solução de Governo que não dure um instante e sirva a legítima ambição de dar a volta a Portugal”.

Marcelo afirmou que os sociais-democratas têm “de trabalhar para reeleger Cavaco Silva” porque ele “é, neste tempo histórico, o melhor” para a Presidência da República”.

“Não porque concordemos com tudo o que fez, não porque foi nosso líder ou



na unidade, uma vez eleito um, remem no mesmo sentido, e depois vamos esperar, ainda faltam duas semanas de campanha”.

Sobre qual o candidato pode apoiar, voltou a insistir na defesa da unidade, “para quebrar a defesa da unidade é preciso eu convencer-me que há uma razão muito forte para apoiar um em desfavor dos outros”.

mesmo porque representou período mais longo de progresso económico e social na política portuguesa. Apenas – e é o que mais importa – porque é neste tempo histórico o melhor, mas mesmo o melhor para exercer a Presidência da República de Portugal”, considerou Marcelo Rebelo de Sousa.

“Temos de trabalhar para reeleger Cavaco Silva”, repetiu.

Luís Marques Mendes

“Cheira a fim de regime”



Por seu lado, o ex-líder Marques Mendes disse que o seu candidato seria Marcelo Rebelo de Sousa e, uma vez que ele não entra na corrida à liderança do partido, não vai “apoiar ninguém”.

“Eu já disse que não iria apoiar

nenhum dos candidatos, não obstante o respeito e até estima que tenho por todos eles. De resto também já o fiz há dois anos, nas outras eleições”, afirmou Marques Mendes à entrada para o XXXII congresso nacional do PSD.

Desta forma, recordando que o seu candidato seria Marcelo Rebelo de Sousa, o ex-líder social-democrata justificou assim o facto de não ir apoiar ninguém.

“Ele não é candidato, eu respeito, tenho pena mas as minhas convicções são estas e as convicções não se transferem e portanto eu não tenho que apoiar ninguém, o que é normal de resto”, realçou.

Marques Mendes sublinhou ainda que Marcelo Rebelo de Sousa “é um histórico do partido, é um fundador do partido, é um ex-líder do partido e é uma figura de referência”.

O ex-líder social democrata disse ainda esperar que o Congresso venha a ser um “momento importante e interessante para falar do País e para o País”, uma vez que “na altura difícil em que Portugal vive ninguém perceberia que o PSD perdesse tempo com as questões internas em vez de falar dos problemas de Portugal”.

Luís Marques Mendes considerou que Portugal está numa “encruzilhada económica e social” e “cheira a fim de regime”, mas que os sociais-democratas precisam de tempo para consolidar um

projecto político.

No seu discurso perante os congressistas, Marques Mendes disse que Portugal vive um momento “absolutamente excepcional”, com as suas finanças “sob vigilância internacional” e com “um primeiro-ministro recém eleito que está politicamente sob suspeita e fragilizado”.

“Olha-se para tudo isto, que é sério e que é grave, e tem-se a sensação de viver uma espécie de fim de regime. Um pântano político, uma encruzilhada económica e social. Por muito que seja duro, a verdade é esta: cheira a fim de regime, e isto é muito e muito preocupante”, acrescentou.

“Mas atenção, a reviravolta que temos de fazer na governação de Portugal também precisa de tempo. Tempo na consolidação de um pensamento político estruturado, tempo na melhoria e na elevação da qualidade do pessoal político, tempo para gerar unidade, esperança e ambição”, considerou.

Segundo Marques Mendes, o PSD tem “de chegar depressa ao poder, sem dúvida”, mas tem “acima de tudo de

chegar bem”.

“Chegar pelos nossos méritos e não apenas pelo mérito alheio é a única forma de termos sucesso na governação do futuro. Não nos precipitemos, por isso mesmo, em aventuras ou na abertura de crises políticas. Empenhemo-nos, sim, em definir com clareza as nossas causas, em mobilizar o país para o nosso projecto, em apostar numa nova ideia para Portugal”,

rematou.

Marques Mendes apelou à unidade interna, dizendo que “o líder que vier a ser eleito tem de ter tempo e ter condições para se afirmar e para afirmar o partido” e “não pode ser demolido, minado ou fragilizado a seguir à eleição”, porque “um partido sem unidade cá dentro não é um partido respeitado lá fora”.

Marques Mendes considerou que o

PSD precisa de Passos Coelho, de Aguiar Branco e de Paulo Rangel e também de cumprir os lemas das suas candidaturas: Mudar, Unir e Romper.

Quanto à política económica, defendeu que o PSD deve tornar o Estado “mais pequeno, menos gastador, com menos funções” e ter “a coragem de privatizar sem medo”, de pôr fim às ‘golden shares’ e acabar com “a pouca vergonha”

de “distribuir dinheiro a oito às empresas, sem critério, o que só conduz ao compadrio, ao descalabro financeiro e sempre, sempre, a mais aumento de impostos”.

O PSD não pode, quando for para o poder, “trocar os favores rosa pelos favores laranja, a ajuda às empresas do regime de hoje pela ajuda às empresas do futuro”, reforçou o ex-ministro dos Assuntos Parlamentares.

Pedro Santana Lopes

“O primeiro-ministro não pode viver sob suspeita sobre o seu carácter e manter-se em funções”

Na sua alocução ao Congresso, o ex-líder do PSD, Pedro Santana Lopes apelou ao primeiro-ministro José Sócrates para que “ou se demita ou dê um murro na mesa”, exigindo um esclarecimento total dos processos duvidosos em que se tem envolvido.

“O primeiro-ministro não pode viver sob suspeita sobre o seu carácter e manter-se em funções: das duas uma ou se demite; ou dá um murro na mesa e exige o cabal esclarecimento da situação”, afirmou Pedro Santana Lopes, na sua intervenção perante o Congresso, que foi aplaudida em pé e muitas vezes interrompida com gritos de “PSD! PSD!” dos Delegados e Observadores.

Dizendo que “ninguém pode ser achincalhado” como tem sido o primeiro-ministro, Santana Lopes considerou que José Sócrates não pode, como um cidadão comum, dizer apenas que ‘está inocente’ e que ‘confia na justiça’.

“Se alguns de nós nos indignamos com a forma como o primeiro-ministro tem sido tratado, há uma pessoa que devia indignar-se muito, mas mesmo muito mais, que era José Sócrates”, disse.



Recordando casos em que o nome do primeiro-ministro esteve envolvido - como o da licenciatura ao Domingo e por fax, na universidade Independente; os projectos que teria assinado como engenheiro; os casos “Portucale” e Freeport”, a tentativa de manipular a Comunicação Social e ainda outras acusações de favorecimento e de colocação de amigos em lugares-chave,

Santana Lopes ainda se recordou de deixar uma pergunta razoavelmente envenenada, ao Presidente da República, Cavaco Silva:

“O sr. Presidente da República não poderá levar a mal que lhe pergunte: era esta a boa moeda?”, questionou, referindo-se a um artigo publicado no Expresso por Cavaco Silva sobre a boa e a má moeda e que foi entendido como um recado, pela

negativa, a Pedro Santana Lopes.

“Eu quero acreditar que se Cavaco Silva soubesse o que sabe hoje teria preferido que tivesse continuado a governar um governo liderado pelo nosso partido”, disse.

Apesar desta crítica, Santana Lopes manifestou o seu desejo de que Cavaco Silva se mantenha como Presidente da República e o candidato presidencial e que Manuel Alegre “continue a fazer os seus belíssimos poemas”.

Num diagnóstico da situação do país, o ex-primeiro ministro considerou que já foi dado tempo de mais a este Governo e não poupou também críticas ao ainda governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio.

“Enfiou o maior barrete a Portugal que alguma vez foi enfiado sobre a gestão das finanças públicas, foi à conta desse embuste que José Sócrates e Vítor Constâncio construíram um projecto de poder pessoal e partidário, partindo de um imaginário défice de mais de seis por cento”, recordou, terminando com o seu já habitual, “Viva o PPD-PSD, Viva Portugal”

Luís Filipe Menezes

“Tenho pena de não poder votar em dois candidatos, apetecia-me votar em dois candidatos”

O ex-presidente Luís Filipe Menezes na sua intervenção, anunciou pela primeira vez, que irá votar em Pedro Passos Coelho nas directas de 26 de Março.

Ao contrário dos outros antigos líderes, que não manifestaram apoio a qualquer dos candidatos, Menezes sublinhou que, como militante, faz questão de votar e de escolher.

“Tenho pena de não poder votar em dois candidatos, apetecia-me votar em dois candidatos”, disse, sem nunca referir quem seria o outro nome.

No entanto, Luís Filipe Menezes fez uma apreciação de todos os candidatos, sublinhando que o facto de Rangel ser militante há poucos anos não lhe dá menos direitos, enquanto sobre Aguiar-Branco o



ex-presidente do partido destacou a sua “seriedade intocável”.

Apesar do apoio que acabou por dar

a Pedro Passos Coelho, Menezes lembrou que nos últimos 35 anos estiveram “sempre em lados diferentes” nas disputas políticas.

O ex-líder do PSD lamentou ainda que há 15 anos que o PSD “não é uma família política unida”, considerando que o partido e o país foram prejudicados por esse facto.

“Nos últimos 15 anos tivemos sete líderes, três perderam eleições nacionais, dois deles de forma generosa, mas copiosa e evidente, três foram destituídos por animosidade interna excessiva e só um, Durão Barroso, venceu eleições por uma escassa margem contra um PS muito frágil”, enumerou.

Em comparação, acrescentou, “neste mesmo período o PS teve três líderes e dois foram primeiros-ministros”,

“Porque é que o PSD tem esta belicosidade excessiva, porque é que há dirigentes a serem digeridos na praça pública?”, questionou.

Na sua intervenção, o ex-líder do PSD apelou ao partido para que “não embarque num justicialismo fácil” em relação ao Governo e ao primeiro-ministro.

“O primeiro ministro tem de ser derrotado politicamente, com propostas políticas, o julgamento da sua personalidade e do seu carácter cabe aos portugueses”, defendeu.

Luís Filipe Menezes deixou ainda um apelo a Manuela Ferreira Leite para que, como a votação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) ocorre um dia antes das directas de 26 de março, se reúna com os quatro candidatos para aprovarem “uma cartilha de exigência” sobre o documento.

Intervenções dos candidatos: Um passo importante para que os Militantes os conheçam melhor

Paulo Rangel

«Chegou a hora de o PSD marcar a diferença e fazer a ruptura»



Caras e caros Congressistas, caras e caros Companheiros, Militantes espalhados por todo o País

Depois de vos saudar, em primeiro lugar e antes de todos os outros, como mandam as regras democráticas, pois sois vós os titulares do direito de voto, saúdo agora os nossos representantes e as nossas estruturas /.../ .

Estava, nestes últimos minutos, a olhar para esta sala, repleta da gente boa do nosso partido, com aquele “nervoso miudinho” de quem tem de fazer um discurso importante, estava - dizia eu - a olhar para esta sala, cheia da “alma social-democrata”, com aquela “ansiedade” natural de quem tem um dia ou uma noite de estreia, com essa tremura da voz e das mãos, com essa insegurança pessoal, com essa insegurança humana, e, vendo o potencial, o enorme potencial nacional que está dentro desta sala, pensei, «**Hoje o PSD tem de falar ao País, o PSD tem de falar claro, tem de falar forte. Chegou finalmente a hora de o PSD falar claro. Chegou a hora de o PSD marcar a diferença e fazer a ruptura.**»

Sempre que o PSD falou claro, primeiro aos seus militantes e depois à sociedade portuguesa, sempre que o PSD protagonizou um projecto de ruptura, sempre que o PSD definiu prioridades, o PSD venceu eleições, mobilizou os portugueses, liderou a agenda política.

Foi assim nos anos 70. Foi o PSD que, com Sá Carneiro, recusou uma aliança com os socialistas, galvanizou a sociedade portuguesa, pilotou a ruptura com a tutela militar e assegurou a passagem definitiva para uma democracia plena e lideramos a agenda de tal maneira que, com Pinto Balsemão, arrastamos o PS para a revisão constitucional de 1982.

Foi assim nos anos 80,

Foi o PSD, foram os seus militantes, que, com Cavaco Silva e a rejeição do bloco central e da sua incapacidade reformista, nos libertaram da colectivização da economia, acabaram com as nacionalizações, criaram uma economia social de mercado e instauraram o pluralismo nos meios de comunicação social.

E hoje, não tenham dúvidas, o PSD só vencerá eleições e só transformará Portu-

gal, se for capaz, com essa mesma clareza, com essa mesma força de afirmação, de fazer a ruptura e liderar a agenda política.

«Hoje, temos de afastar o PS e a sua teia de interesses instalados e negócios prometidos na área da governação»

Ao fim de quinze anos, quase ininterruptos, de políticas socialistas, é preciso falar claro, é preciso falar forte, é preciso falar firme a Portugal.

Chegou a hora da ruptura,

E mais uma vez, tal como nos anos 70 e tal como nos anos 80, uma ruptura com os socialistas e com a sua forma de governar. Em 70, rejeitamos uma aliança com o PS; em 80, desfizemos o bloco central; hoje, temos de afastar o PS e a sua teia de interesses instalados e negócios prometidos na área da governação.

O PSD tem de se distanciar do PS, mas tem também – digo-o aqui sem timidez e sem meias palavras – de afirmar a sua absoluta independência e de ser capaz de estar acima desses interesses financeiros, económicos e corporativos de toda ordem que hoje são a marca e a mancha dos governos PS.

Eis o que para nós é óbvio, é hoje uma evidência: todas as reformas socialistas **falharam, falharam estrondosamente**. Só rompendo com essa política, podemos aspirar a restaurar a esperança.

Portugal está hoje numa situação de bloqueio e esse bloqueio tem um responsável: o Partido Socialista.

Portugal está hoje numa situação de bloqueio e esse bloqueio tem um rosto: José Sócrates.

Ao fim de quase cinco anos de maioria absoluta, eles iam criar centenas de milhares de empregos; e temos a maior taxa de desemprego da nossa história. Iam sanear as finanças públicas e temos um dos maiores défices da nossa história. Iam reformar o sistema de pensões e consumaram o truque de deixar os futuros pensionistas com valores de cerca de metade do salário. Iam apostar na justiça social e temos um dos países com mais assimetrias sociais e com menos mobilidade social da Europa. Iam qualificar os portugueses e inovar na educação e temos um sistema educativo facilitista, laxista, crispado e injusto. Iam fazer uso dos fundos comunitários e só foram capazes de executar 9% e, mesmo assim, não hesitaram em desviar fundos das regiões mais pobres para a região mais rica. Iam fazer a grande reforma da justiça e deixaram o poder judicial na maior crise de

credibilidade e confiança. Iam fomentar um plano tecnológico e terminaram na mais pura política do betão, ao serviço das grandes e improdutivas obras públicas. Iam reanimar a concertação social e acabaram na guerra de todos contra todos, dos agricultores aos magistrados; dos enfermeiros aos professores.

Eis o que prova, por completo, que o PS, ao contrário do que alardeou, é incapaz de fazer reformas, deixando Portugal muito pior do que estava há quinze ou há cinco anos.

Tudo isto, sempre usando e abusando da propaganda, do condicionamento da comunicação social, da promiscuidade entre interesses públicos, interesses privados e interesses partidários.

Tudo isto, valendo-se de uma demagogia e de um populismo de tipo “chavista”, promovendo a fulanização e a personalização do poder.

O poder está agora tão fulanizado e personalizado em José Sócrates, que ele é hoje o rosto e o símbolo dos bloqueios da vida portuguesa.

Assim hoje, José Sócrates e o seu PS – o “**socratismo**” – representam um projecto de poder baseado no controlo dirigista da sociedade, das empresas e da comunicação social, na propaganda populista, na confusão dos interesses públicos e privados, no mais cerrado sectarismo partidário.

Não nos podemos conformar com esse destino para Portugal, unicamente centrado no controlo do poder, no poder pelo poder, já sem horizonte, já sem finalidade alguma.

É urgente, necessária e inadiável, a «DES-SOCRATIZAÇÃO»

Sem medo das palavras e utilizando-as todas: se José Sócrates é o rosto dos bloqueios da vida portuguesa, então Portugal precisa urgentemente de uma “des-socratização”! e o rompimento com o PS e com as políticas socialistas.

Caras Companheiras, caros Companheiros, fica espaço, fica margem para realizarmos o nosso programa, para realizarmos o nosso desígnio, para realizarmos o nosso sonho.

Sim, porque eu acredito, estou mesmo intimamente convencido de que nada, mas nada, impede que Portugal se torne num país mais próspero, mais desenvolvido, mais justo.

Tenho, aliás, a certeza, de que só há um Partido, que é capaz de pegar nesta onda de desalento, de resignação e de desistência que assola o País, e de, tocando naquela reserva última de ener-



mo – sem ilusões, sem mentira, sem propaganda –, com competência e confiança, podemos construir um Portugal mais competitivo, mais atractivo e mais justo.

Um apelo final, em nome da Liberdade que é tradição do PSD.

Caras Companheiras, caros Companheiros, vim aqui num acto de pura disponibilidade e de pura liberdade, fazer-vos este apelo, apresentar-vos esta proposta. Faço-o totalmente livre de interesses ou de ambições, faço-o na grande tradição de liberdade que é a tradição do PSD.

E queria dizer-vos, a vós mulheres, homens e jovens, que sois militantes do PSD, que também no dia 26 de Março devemos todos – mas todos – honrar essa tradição de liberdade. Não há dirigentes nacionais nem internacionais, **não há dirigentes distritais nem locais, não há barões nem caciques nem marqueses que possam pressionar ou influenciar o voto**

individual.

Cada militante é senhor e dono do seu voto, do voto que deve fazer em absoluta consciência e sem qualquer pressão. Cada um é dono da sua mão, do seu polegar e do seu indicador com os quais segura a caneta que há-de marcar o seu voto.

Este apelo à liberdade, em que cada um é dono do seu destino e é dono do destino do Partido, é hoje, em Março de 2010, também um apelo à responsabilidade, à enorme responsabilidade, de quem, por ser dono do destino do partido, é agora dono do destino do país.

É essa a vossa responsabilidade individual e intransmissível: a responsabilidade de saber escolher o que queremos para o futuro de Portugal.

Eu acredito que em 26 de Março vamos libertar o futuro, o futuro de Portugal. E mais do que isso eu acredito que os militantes do nosso partido acreditam

comigo. -Viva o PSD, Viva Portugal!

gia, de alma, de sentido patriótico dos portugueses, consegue transformar esse “resíduo” de expectativa em garra e raça, em ambição e esperança.

Só há um partido capaz de criar uma onda, de lançar um movimento de regeneração do país e esse é o nosso partido, o PSD.

A larga maioria dos portugueses e dos nossos militantes é essa gente boa e disponível, capaz de fazer renúncias pelo interesse nacional e pelo bem comum.

O que as pessoas precisam hoje é de um rumo, de uma esperança, de uma verdadeira “luz ao fundo do túnel”. Precisam, digo mais uma vez, de um Partido que fale forte e fale claro, que não ceda aos interesses particulares e ao mundo dos negócios, que não fique pelos consensos moles e oportunistas, que chame os portugueses, que toque a rebata, que os convoque para uma ruptura política no sentido do crescimento e da justiça social.

Eu acredito, e sei que o PSD também acredita, que Portugal pode tornar-se num dos países mais dinâmicos e competitivos da Europa nos próximos dez anos.

Nós sabemos que é possível reduzir o peso da dívida para as famílias, as empresas e o Estado e assim libertar os cidadãos desse estrangulamento.

Nós sabemos que é possível apoiar as pequenas e médias empresas que produzem bens exportáveis, diminuindo custos, apostando na inovação, adiando os “elefantes brancos do regime” – mas todos os elefantes brancos e não apenas os de uma ou outra região.

Nós sabemos que é possível apostar na exigência e na disciplina na educação, dar prioridade ao ensino e formação profissional e ao pré-escolar.

Nós sabemos que é possível inverter a discriminação regional, e com medidas simples e sem gastos supérfluos, começar a trabalhar já para o equilíbrio territorial, nomeadamente entre o litoral e o interior.

Nós sabemos que é possível agilizar a justiça, reduzindo drasticamente a morosidade, e que é possível credibilizá-la com novas regras e até com uma revisão constitucional.

Sim: sim, numa Revisão Constitucional – aí a nossa prioridade política, antes de qualquer outra reforma, tem de ser a de re-legitimar e credibilizar o poder judicial.

Nós sabemos que é possível um novo equilíbrio social na luta contra a pobreza, na eficácia do sistema de saúde, no combate à fraude e ao desperdício na segurança social.

Estas têm de ser as nossas causas comuns: as causas do PSD, as causas da esperança. Acreditamos que, com realis-

Intervenção de Castanheira Barros

“A crise é uma ficção, não existe”

(Nota: Castanheira Barros fez a sua intervenção em completo improviso e, como junto das outras candidaturas, o “Povo Livre”, pelo seu dever de isenção e equilíbrio, tentou obter o texto em causa. O candidato afirmou-nos ser impossível, neste momento e assim a notícia da sua intervenção é limitada aos elementos que vieram a lume em agências e órgãos de informação)

Castanheira Barros considerou que “a crise é uma ficção, não existe”, garantindo que a sua candidatura pretende “renovar”, começando o discurso por pedir um minutos de aplausos para a Madeira.

Castanheira Barros foi o primeiro dos quatro candidatos à presidência social democrata a discursar no XXXII congresso nacional que decorreu em Mafra, tendo começado por dar uma primeira palavra e um minuto de aplausos “ao povo estóico da Madeira”.

Depois de uma “notícia de última hora” sobre a criação de “um clube de fãs do José Sócrates”, que o candidato disse dar pelo “nome de sondagens”, andando com o Primeiro-ministro “ao colo há cinco anos”, Castanheira Barros passou para as questões do PSD.

“Uns falam em unir, outros em romper, outros em mudar, eu falo em renovar”, sublinhou Castanheira Barros, defendendo um “regresso às origens, ao pensamento de Sá Carneiro”.

Para Castanheira Barros “mais do que ‘slogans’ o PSD precisa de ação”, garantindo que o partido precisa de uma “via verde para o desenvolvimento sustentável”.

“Quanto ao Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) não vou perder muito tempo porque o PEC mais parece um PID - Programa de Instabilidade e Desemprego”, ironizou.

O candidato afirmou que é necessária



uma “aposta no turismo e nas indústrias não poluentes”, referindo-se ao emprego como um “grande problema”.

As propostas de Castanheira Barros nesta área são “incrementar o auto-emprego” e “apostar no emprego na função pública”.

Defensor de um “capitalismo solidário, de rosto humano”, o advogado de Coimbra considera que “o PSD tem futuro risonho”.

“Eu proponho a criação de um senado no nosso partido que seja composto por todas as gerações”, avançou.

Para o candidato, “a crise é uma ficção, não existe, é uma arma dos políticos medíocres”.

O candidato considerou que, o que se pensava que ia ser o congresso “dos aplausos” foi um “debate riquíssimo de ideias”, tendo o PSD dado uma imagem ao país que já não dava “há muito tempo”.

Castanheira Barros realçou o facto de no XXXII congresso nacional do PSD terem sido apresentadas “excelentes ideias para o país” por parte dos três companheiros que estão com ele na corrida pela presidência do partido, considerando que o seu projecto terá que ser “avaliado por outrem”.

“Deixamos aqui uma imagem que já não dávamos ao país há muito tempo. E portanto qualquer que venha a ser o vencedor, acho que o partido já ganhou neste momento”, realçou.

Castanheira Barros considera que é “o partido quem vai decidir no dia 26 de Março” e por isso é necessário aguardar, sendo que há ainda duas semanas de campanha.

Também Castanheira Barros afirmou no seu discurso, que, se for eleito líder do PSD, apoiará a reeleição de Cavaco Silva a Presidente da República mas criticou a sua “cooperação estratégica” com o Governo de José Sócrates.

“Apoio Cavaco Silva caso ele aceite recandidatar-se. Mas não posso deixar de criticar a sua cooperação estratégica com o Governo. A Constituição da República não diz isso”, afirmou.

Castanheira Barros defendeu uma segunda volta na eleição do líder do PSD, mas não já nestas eleições, para que “as regras não sejam alteradas a meio do jogo”.

Propôs ainda que as eleições decorram conjuntamente com os congressos ordinários do partido, podendo os delegados votar no próprio encontro e os restantes militantes nas suas secções.

Como balanço dos cinco meses de campanha interna que efectuou, durante os quais garante ter contactado com cerca de oito mil militantes, Castanheira Barros adiantou que a frase que mais ouviu foi a de que “são sempre os mesmos, é preciso mudar”. - Fonte: Lusa

Intervenção de Pedro Passos Coelho

«Respeito o caminho que cada um quer seguir e as convicções que tem»

«Não levem a mal que comece por dirigir uma palavra muito especial à Senhora Doutora Manuela Ferreira Leite. Com ela disputei a eleição de há dois anos, com ela e com o Dr. Pedro Santana Lopes que aqui está. É sabido que não defendíamos o mesmo caminho para o PSD, é público que não concordámos em muitas matérias, mas a Senhora Doutora Manuela Ferreira Leite sabe que nunca tive, a fazer política, o vício de atribuir aos outros más intenções nem boas intenções. Respeito o caminho que cada um quer seguir e as convicções que tem. Reconheço, Senhora Doutora, que soube servir as suas convicções e por isso serviu o PSD e serviu Portugal. Não chegámos aonde queríamos, não tínhamos todos razão, mas todos fizemos, todos lutámos de acordo com as nossas convicções para que Portugal ganhasse e para que o PSD chegasse mais longe. Respeito-a por isso e presto-lhe a minha homenagem pela forma como soube guiar o PSD nestes dois anos.

Cada um de nós é o que é, tem a sua história. Vou fazer 46 anos; estou no PSD há muitos. Habituei-me a ouvir muitas palavras, em muitos congressos.

“Habituei-me a prestar o tributo que podia com a juventude portuguesa na JSD”

Às vezes, recordo-me ainda quando o PSD tinha um governo grande que nos orgulhou durante muitos anos, com todos os ministros presentes. No começo, as salas estavam sempre cheias, no final éramos sempre vinte ou trinta na sala até às cinco da manhã a ouvir os congressistas que achavam que o Governo, o Primeiro-Ministro e o Presidente do Partido tinham de ouvir as bases. Foi assim há muitos anos atrás. Depois, habituei-me a prestar o tributo que podia com a juventude portuguesa na JSD.

Sei que muita gente no PSD me não perdoa esse facto. Sei que muita gente olha desconfiada e pergunta: Passos Coelho, que andou você a fazer tanto tempo na JSD, porque andou tanto tempo por lá, porque não andou a fazer outras coisas? E quando eu saí da JSD e fui no parlamento vice-presidente da bancada, muita gente me disse: Passos Coelho, você quer ficar dependente da política, então você agora não tem outras coisas para fazer na vida? E em 99 decidi que ia fazer outras coisas na vida, que não queria ficar empregado da política.

Não tinha lá estado com esse propósito, diga-se de passagem, nunca fui funcionário da política. Comecei a trabalhar aos 18 anos, fui pai aos 24, nunca ninguém na política me deu emprego, nunca pedi emprego para ninguém na política. Saí depois de oito anos de Parlamento sem



pedir a reforma parlamentar e fui tratar da minha vida sem saber bem ainda os caminhos que havia de seguir. Fui para a universidade e fui para as empresas. Não fui logo para o “terrível” Ângelo Correia. Ó Ângelo, não sei onde está: não teve a primazia no convite que me fizeram para trabalhar. E quando saí do parlamento pelo meu pé para ir tratar da minha vida, houve quem dissesse: Ó Passos Coelho, porque é que não ficou lá a ajudar o partido, aonde é que você estava quando era preciso?

Estive a fazer o que pude pela minha família, por mim próprio também, achando que se algum dia tivesse de regressar a uma actividade partidária ou política, não devia depender dela para viver. E se hoje não sou rico, nem tenho heranças, vivo do meu trabalho com honestidade. Creio que isso deve ser importante. Espero, por isso, que se alguma insinuação existir sobre a forma como me comportei em política desde os meus 14 anos, que o possam dizer para que me possa defender, mas que o digam na minha cara.

Há dois anos atrás anunciei a intenção de me candidatar antes de todos os

outros. Não sabia com quem ia disputar a eleição. Não me candidatei, portanto, contra ninguém e desta vez também não me candidato contra ninguém. Conheço o José Pedro Aguiar-Branco há trinta anos, conheço o Paulo Rangel desde há dois anos a esta parte, conheço o Castanheira Barros... Eu não posso mentir, não esperam que eu minta no congresso. Conheço o Castanheira Barros desde o congresso de Torres Vedras. Respeito-os a todos e estou certo que cada um deles acredita que defende um projecto para Portugal. Eu também defendo um projecto para o meu país.

Olhando para a nossa história, já aqui foi dito, eu quero reafirmá-lo, é preciso perceber como foi possível em quinze anos chegarmos a uma situação em que os fundos estruturais que foram colocados à nossa disposição criaram mais injustiça e mais assimetria no país.

Eu tenho uma resposta para isso: há uma orientação socialista que quer atirar dinheiro para cima de tudo e mal. Reparem que nestes quinze anos, não foi só o engenheiro Sócrates, eu sei que agora, não leve a mal o senhor Presidente que

eu aqui diga que há muita gente preocupada com o engenheiro Sócrates, como se se o PS substituísse o engenheiro Sócrates no governo, os problemas do país acabassem. Mas não é assim. O Partido Socialista começou mal há quinze anos atrás e começou a distribuir mal a pouca riqueza que tínhamos e mais, distribuiu mesmo aquilo que não tínhamos e foi isso que resultou na situação em que hoje estamos. Nós hoje vamos ter de pagar, como os nossos filhos terão de pagar, as dívidas desde que em quinze anos, porque os partidos que estiveram no governo com uma orientação socialista estiveram há quinze anos a distribuir mal aquilo que nós produzimos e a distribuir aquilo que Portugal não tinha. Por isso é que nós hoje temos uma mancha de pobreza muito maior do que aquela que tivemos há quinze anos atrás.

Não foi nenhum governo do PSD que tornou a sociedade portuguesa dependente das prestações sociais, não foi nenhum governo do PSD que deixou o endividamento público e o endividamento externo que nós hoje temos, não foi nenhum governo do PSD que deixou o país com mais assimetrias regionais do que tínhamos no início do processo europeu. Foi a ilusão socialista de que devemos ter o coração na boca e a mão na carteira dos outros para resolver os problemas de toda a gente. E o que é que temos hoje? Temos um exército de portugueses que vivem na pobreza porque fazendo parte de uma geração de poucas qualificações, que ficaram desempregados aos 40 ou aos 45 anos, que ao contrário da oportunidade que eu tive, não fizeram nem o 12.º ano, nem o ensino superior, nem as pós-graduações, nem os mestrados, nem os doutoramentos, que não se habituaram a adquirir e a manejar ferramentas que lhes permitam hoje procurar outras possibilidades e que ficam em casa à espera do subsídio e que vivem do subsídio e o governo sempre lhes lembra que dependem de um governo socialista para terem os subsídios. Há uns que não vivem felizes por causa disto, há outros que acumulam tantos subsídios e prestações que chegam a ter mais rendimento do que muitos portugueses que vivem do seu trabalho, do seu esforço e do seu emprego. Esta é a injustiça em que nós estamos a cair e deixem-me dizer, porque eu sei que estamos quase todos de acordo neste diagnóstico, não sou original, não quero ser, mas devemos fazer a diferença mostrando que pode ser diferente daqui para a frente.

Em primeiro lugar, devemos lançar um alerta cívico no país que seja moralizador para aqueles que trabalham e incentivador para os que recebem prestações. Chamei-lhe um “tributo solidário”, aqueles que recebem a solidariedade da sociedade em algum momento importante devem retribuir com solidariedade

para aqueles que mais precisam. Eis uma proposta para fazer ao governo socialista. Eu não me importo que o governo socialista faça aquilo que a gente sugere, só não gosto é de fazer a chantagem que o partido socialista faz sobre nós e nos obriga a decidir. Organizem uma espécie de trabalho ocupacional para todos aqueles que junto das juntas de freguesia, junto de câmaras municipais, junto de organizações não-governamentais, instituições de solidariedade social possam receber o contributo, horas de trabalho e dedicação à comunidade daqueles que recebem da sociedade apoios sociais. Mas nós chegámos também... Já passaram 15 [minutos], senhor Presidente? Muito obrigado, o meu relógio atrasou-se, mas cumprirei, não precisam de estar ansiosos.

Em segundo lugar, nós podemos e devemos acabar com os mecanismos automáticos nas prestações que são criadas, é preciso avaliar se aqueles que recebem são realmente os que mais precisam. Mas foi aqui dito também que é preciso moralizar e responsabilizar e eu concordo e lembrome do que se passou há um ano atrás, em que o governo explicou ao país que tinha sido surpreendido por uma grande crise importada do sistema financeiro global. E o que aconteceu? Aconteceu, como aqui já foi notado, porque quem devia ter feito a supervisão não fez e porque quem esteve à frente de alguns bancos não teve nem consciência ética, nem consciência social, o que aconteceu é que o estado precisou de intervir no BPP e no BPN. E passado um ano e meio, o que acontece?

O governador do Banco de Portugal, que nunca reconheceu nenhuma falha na supervisão, que nunca despediu ninguém ou nunca instaurou nenhum processo ou inquérito a ninguém por essa falhas que ocorreram, foi por mérito com certeza, promovido a vice-presidente do Banco Central Europeu responsável pela supervisão. O presidente do BPP dá entrevistas a vangloriar-se de gerir hoje um fundo para as empresas ainda de maior dimensão do que aquele que tinha no BPP e entretanto, a justiça não actuou, entretanto, os órgãos de supervisão não actuaram e no governo ninguém se mostrou preocupado com os portugueses que pagaram as intervenções que tivemos de fazer nestes bancos. Temos por isso de fazer diferente, temos de moralizar e de responsabilizar com certeza, mas então temos de ser consequentes quando fazemos estas afirmações.

Se é preciso mudar o Banco de Portugal, de que estamos à espera para apresentar uma alteração à forma como funciona esta entidade reguladora? Se é preciso que a justiça penal ande mais depressa e atenta, porque Madoff nos Estados Unidos conseguiu ser julgado em menos de meio ano, como é que nós estamos há mais de um ano à espera que a justiça se faça em Portugal? E como me querem convencer que não é necessário substituir o Procurador-Geral da República? Se a justiça não funcionou, se a investigação não foi accionada, de quem é a responsabilidade senão do Procurador-Geral da República? Se ainda para mais há convicção no país de que a procuradoria tem, já aqui foi dito, dois pesos e duas medidas, de que não actua em relação aos cidadãos da mesma maneira, se em Portugal muita gente está convencida de que há uma protecção especial que possa estar



a ser feita a figuras públicas e a membros do governo, de que estamos à espera para perguntar ao primeiro-ministro de que receia ele para propor a substituição do Procurador-Geral da República se está de consciência tranquila relativamente à sua actividade?

Caros companheiros, nós temos de ter clareza se queremos falar para o futuro. Se nos preocupamos com a tirania do presente, em que andamos há quinze

anos com os óculos de ver ao perto, a resolver com miopia os mesmos problemas financeiros e renovando sempre esses problemas para futuro, obrigando aqueles que trabalham e aqueles que geram poupança a pagar as crises financeiras do estado, se andamos nestes anos todos preocupados com o nosso futuro, não podemos deixar no imediato de pôr a coisa em pratos limpos. Não aceitamos que a visão de curto prazo prejudique sempre os mesmos e mantenha sempre o país na pobreza e na dependência de políticas socialistas. O que nós queremos não é ver um primeiro-ministro a apelar ao nosso sentido de responsabilidade, nem de patriotismo porque nós não pedimos a ninguém lições de patriotismo, o que nós queremos é que o governo não pense que faz essa chantagem conosco e que nós vamos andar com o partido socialista ao colo, a deixar apodrecer a situação na sociedade portuguesa porque temos sentido de responsabilidade. É por isso que digo, é por isso que discordo de alguns companheiros nossos, se este Orçamento de Estado não serve ao país, qual é o sentido de responsabilidade que nos leva a deixá-lo passar? Se, vou concluir senhor Presidente, se o Programa de Estabilidade e Crescimento só faz o emagrecimento das famílias e não do estado e se não tem nada para crescer no futuro, porque é que os socialistas hão-de esperar a nos-

sa complacência? Deixem-me dizer, por favor, que eu estou convencido que se o Partido Socialista e o engenheiro Sócrates soubessem que nós não andariamos com eles ao colo e que não podia explorar o nosso sentido de responsabilidade, talvez o Orçamento tivesse sido outro, talvez o PEC ainda possa ser outro.

Deixem-me, por favor, concluir com uma palavra ao Alberto João Jardim. Conhecemo-nos, Alberto João Jardim, há muitos anos, ainda me está devedor de um almoço, de uma aposta que traçámos na altura das eleições presidenciais de 95. É verdade, é verdade. Tive ocasião de pedir que lhe transmitissem, porque não pude falar consigo directamente, que lhe transmitissem a si e ao Miguel Albuquerque, presidente da Câmara do Funchal, as minhas sentidas condolências pela tragédia que aconteceu na Madeira. E deixe-me dizer-lhe, Alberto João Jardim, que e há muito tempo, demasiado, nos andamos a desentender... Não se importam que eu diga isto. Se há muito nos andamos a desentender, deixe-me dizer-lhe, não é só o senhor que sabe perdoar ao engenheiro Sócrates, eu também sei perdoar e também espero que saiba perdoar. Eu sei, eu sei que algumas pessoas, pelos vistos, talvez gostassem de ver aqui um espectáculo que, creio, ninguém quer dar. Nunca irei por esse lado. Nunca irei por esse caminho. Viva o PSD! Viva Portugal!

Aguiar Branco

«É preciso bom senso para avaliar e coragem para tomar as decisões»

Caras companheiras, caros companheiros, ser líder da oposição não é uma honra, nem um privilégio. Nem sequer uma sorte ou um estatuto. Ser líder da oposição em Portugal é um dos cargos mais difíceis que podemos desempenhar.

Se viabilizamos o orçamento alguém dirá que estamos a levar o governo ao colo. Se não o viabilizamos alguém nos acusará de colocar os interesses partidários à frente do interesse nacional.

Porque em cada momento, em cada instante, é preciso saber medir, avaliar e depois decidir. Porque é preciso bom senso para avaliar e coragem para tomar as decisões. E, no dia seguinte precisamos de frieza para viver com as críticas e as consequências.

Mas decidimos. Bem ou menos bem. Todos os dias temos que decidir!

Ser líder da oposição significa firmeza e determinação. Significa suportar as pressões e as chantagens de quem governa e a sistemática agilidade retórica de quem gostaria de ocupar o nosso lugar.

Para se ser um bom líder da oposição não basta dizer o que os outros querem ouvir. Ser líder da oposição exige coerência, responsabilidade e uma superior noção do que é o Interesse Nacional.

Companheiras, Companheiros, Reunimo-nos, nesta sala, depois de termos sido derrotados numas eleições legislativas.

«Este é um governo que se resguarda na chantagem para esconder a sua incapacidade de resolver os problemas»



Porém, temos um governo manchado de escândalos. Um governo que fez promessas que sabia não poder cumprir.

Um governo que tomou posse há cerca de seis meses e que não governa.

Um governo que se resguarda na chantagem para esconder a sua incapacidade para resolver os problemas.

Um governo que aumentou a dívida pública e o desemprego para níveis históricos. Que quase destruiu a economia do país.

E mesmo assim não ganhámos as eleições legislativas.

É verdade que nós tínhamos razão quando denunciámos o caos nas contas públicas, muito antes de conhecermos os números.

É verdade que nós tínhamos razão quando denunciámos a pressão sobre a comunicação social muito antes das escutas serem notícia.

É verdade que nós tínhamos razão quando insistíamos que o governo socialista escondia no marketing dos anúncios a triste realidade do país.

Tudo isso é verdade. Podemos culpar o governo. Podemos culpar a comunicação social pela nossa derrota. Até podemos culpar a direcção cessante e os

portugueses por não terem acreditado em nós.

Podemos fazer tudo isso e passar o resto desta campanha interna a discutir as culpas, ou podemos olhar para o amanhã.

E como quero olhar para o amanhã digo-vos que Sei o que quero para o nosso partido. Sei o que quero para o nosso país.

Aderi ao PSD em 1974. E aderi porque este era – e é - o único partido que entende o país. Que reflecte o país, os portugueses e as suas preocupações. E não quero que o partido perca essa génese.

Em 35 anos, o mundo mudou, o país mudou e os portugueses mudaram ainda mais. É hoje mais fácil para qualquer cidadão, do norte ao sul, do litoral ao interior, participar em discussões globais do que se envolver na vida da sua secção ou da sua junta de freguesia.

Não podemos deixar de fora esta gente. Como não podemos deixar de fora os milhares e milhares de militantes que anualmente ficam esquecidos em listas eleitorais. É preciso saber ouvir os seus contributos, é preciso mobilizá-los, é fundamental abraçar as suas causas e saber envolver as comunidades.

O partido moderno, diferente e preparado é isso mesmo: um partido de causas. É um partido que reforma o seu paradigma de organização passando de uma estrutura base exclusivamente geográfica para uma que inclua os temas, as causas e os sectores de actividade.

Às nossas secções locais devemos somar as secções temáticas regressando à génese da matriz fundadora do nosso partido.

A isto chamamos devolver o partido aos portugueses.

E isso, sim, é romper. É mudar

Sei o que quero para o nosso partido. Sei o que quero para o nosso país.

De uma vez por todas: insistir nas grandes obras públicas não resolve nada a curto prazo.

E o problema da economia é, sobretudo, de curto prazo. O problema das empresas é, sobretudo, de curto prazo.

Fora desta sala há milhares e milhares de portugueses que não sabem se amanhã vão ter emprego. Não podemos responder-lhes que se a empresa fechar sempre podem ir para Madrid de TGV.

Mas podemos dizer, sem medos e complexos, que temos uma solução para o nosso desenvolvimento.

Podemos dizer que vamos concretizar um conjunto de obras de proximidade capazes de dinamizar a economia e a criação de emprego.

Falamos da recuperação ou da construção de muitos centros de saúde, de esquadras das forças de segurança, bem como a aposta na reabilitação urbana.

Mas devemos dizer mais...

Portugal nunca será a Finlândia. Nunca será a Irlanda. Nunca será a Califórnia da Europa como os socialistas nos quiseram fazer crer.

O desenvolvimento não é um modelo importável. Temos, mais do que nunca, de procurar o nosso próprio caminho numa economia globalizada.

Aderi ao PSD porque este era o único partido reformador e progressista. Porque aliava ao humanismo a capacidade de inovar. Porque era um partido com uma liderança clara e um rumo certo, com



Francisco Sá Carneiro.

E não quero perder isso.

Mas é preciso, também, novas apostas. Precisamos de um novo paradigma económico.

Fazê-lo passa obrigatoriamente pelo terceiro sector, pela economia social.

Passa por abandonarmos definitivamente uma visão retrógrada meramente assistencialista e avançarmos para uma outra que concilie a resposta às necessidades sociais com a criação de riqueza e de emprego.

Uma visão moderna da social-democracia que dá prioridade às pessoas que tão desprezadas têm sido pelos governos socialistas.

Passa por promover a figura das empresas sociais para estimular o empreendedorismo nesta área.

Passa por desenvolver o sector social aumentando as suas capacidades, profissionalismo e especialização.

Passa por uma relação com o Estado que já não é baseada em contratos, protocolos ou subsídios mas em concursos que asseguram a criação de serviços públicos inovadores. Concursos que geram desenvolvimento, que geram inovação social.

Um novo paradigma económico passa também pela focalização da capacidade promotora do Estado nas indústrias criativas e na investigação.

Economia global significa que Portugal não pode concorrer com as economias emergentes.

O modelo de uma economia nacional baseada na sua capacidade industrial tradicional está esgotado. O modelo de uma economia nacional baseada na sua capacidade tecnológica está, também, esgotado. Outros produzem mais rápido e mais barato.

A investigação e as indústrias criativas são áreas onde a mais valia não é de preço, não é de tecnologia, nem de hardware.

A mais valia é a nossa geração erasmus.

Uma extraordinária geração, especialmente ambiciosa, culta, empreendedora que hoje desperdiçamos na emigração ou em funções para as quais não estudou ou que vagueia nos corredores dos centros de emprego.

A geração erasmus é a nossa aposta.

Isso, sim, é mudar. É romper

Mas é, também, olharmos para a nossa agricultura e para o Mar como

desígnios estratégicos. Como actividades criadoras de emprego em áreas que hoje estão completamente ao abandono por culpa dos governos socialistas.

Ou, ainda, olhar para o sector da Justiça e perceber que o problema é a sua credibilidade aos olhos dos portugueses, para lá da morosidade que bloqueia a economia e mina a confiança.

Sei o que quero para o nosso partido. Sei o que quero para o nosso país.

Aderi ao PSD porque era o grande partido das comunidades. Porque era o único que defendia que o Estado não tinha de prestar serviços directamente mas que o podia fazer através da sociedade e das instituições locais.

«A localidade está na matriz e génese do Partido»

Delegar competências, serviços e receitas a organizações locais, retirando-as à administração central é devolver o poder às comunidades é o que chamamos de localidade.

E a localidade está na matriz e génese do partido.

Não quero perder essa matriz. E, por isso, quero avançar para um referendo interno sobre a regionalização. Sem medo dos resultados, sem vergonha na palavra. Quero avançar porque um partido reformador é assim mesmo. Não disfarça. Não adia as suas decisões para quando der mais jeito.

Isso, sim, é romper. É mudar.

Caras companheiras, caros companheiros,

Todos sabemos fazer o diagnóstico. Todos sabemos o que temos de fazer quando chegarmos ao governo.

Que é preciso mudar na justiça ou romper na economia e em muitas outras áreas.

Todos sabemos isso.

Mas há um obstáculo no caminho dessas reformas. Há um estorvo no desenvolvimento do país. E esse estorvo, esse obstáculo tem um nome: José Sócrates e o governo socialista.

E por isso temos que pensar em quem tem melhores condições para tirar esse obstáculo do nosso caminho.

Podíamos pensar que é o melhor orador. E o PSD tem algumas centenas de grandes oradores. E nem é preciso

conhecer muito o partido para saber que temos talvez os melhores tribunos do país. Se as próximas eleições fossem um concurso de retórica nós ganharíamos.

Podíamos pensar que é o melhor técnico. E o PSD tem milhares de extraordinários quadros. Especialistas em dezenas de diferentes áreas. E nem é preciso conhecer muito o partido para saber que temos talvez os melhores técnicos do país. Se as próximas eleições fossem um concurso de especialistas nós ganharíamos.

Ter apenas e tão só um grande orador como líder não basta para ganhar eleições. Tal como ter um grande técnico como líder não basta para ganhar eleições.

O que nos faz então ganhar eleições? O que nos faz então mobilizar o partido e o país?

Não é o número de personalidades, individualidades, quadros, intelectuais, facções, tendências ou tribos que faz a diferença. Não é o número de notáveis mediáticos que faz a força deste partido.

A força do PSD está na capacidade de, no instante certo, se unir em torno de um único objectivo – PORTUGAL!

A força deste partido está na capacidade de, no momento certo, no instante certo, se unir numa mesma sala, numa mesma mesa em torno de um único objectivo concreto – PORTUGAL!

Durante anos conseguimos fazer esse exercício.

Debatíamos com vivacidade e paixão.

Discutíamos com lealdade e respeito.

Mas no fim, quando saímos por aquela porta, voltávamos a ser um único partido.

Isto não é romper, nem mudar é unir. Isto é a força de todos.

Disse-vos no princípio que ser líder da oposição era uma das funções mais difíceis que podemos desempenhar. Há uma ainda mais difícil e até ingrata: a de primeiro-ministro. Especialmente nestas circunstâncias.

Mais do que a honra, o privilégio e a vaidade do título fica a enormíssima responsabilidade de restituir a confiança nos valores e nas instituições, de restaurar a credibilidade nas contas públicas e de devolver a esperança aos portugueses.

Caras companheiras e caros companheiros,

Não podemos ter ilusões. No dia 26 de Março não elegemos só o presidente do PSD.

Elegemos o próximo primeiro-ministro de Portugal. E este simples facto deve determinar a forma como vamos tomar essa decisão. Não nos podemos dar ao luxo de falhar. Não vamos falhar.

Estou aqui para dar o meu contributo, a minha total disponibilidade para esse desígnio – colocar, de novo, Portugal na senda do crescimento.

Os portugueses merecem melhor. Merecem um governo com coragem. Merecem um novo primeiro-ministro com bom senso. É para isso que estou disponível. É para isso que conto com a Força de Todos.

As segundas intervenções dos candidatos

Paulo Rangel

“Sem reservas e sem dúvidas, nas próximas eleições pedirei uma maioria absoluta para o nosso Partido!”

Na sua segunda intervenção, já tarde na noite, o candidato Paulo Rangel, defendeu que, com a reeleição de Cavaco Silva, o PSD poderá conseguir esse “velho sonho de Sá Carneiro, que é capaz de finalmente transformar Portugal: um Governo, uma Maioria, um Presidente, para Portugal e para a Social- Democracia”.

Paulo Rangel, perante o congresso, reforçou a ideia de que o PSD deve, “desde já, e independentemente de qualquer data de eleições, pôr-se ao lado, sem dúvidas, sem hesitações, de uma recandidatura de Cavaco Silva”.

“Também aqui não há lugar a hesitações, não há dúvidas, não há reservas, apoiaremos sem quaisquer restrições a recandidatura de Cavaco Silva”, afirmou, provocando fortes aplausos junto dos congressistas.

Rangel deixou claro que esse apoio deve ser feito “não só porque é o melhor candidato, mas porque é o melhor dos candidatos que um partido poderia apresentar às presidenciais”.

“Se conseguirmos eleger Cavaco



Silva, com este projecto galvanizador de conquistar uma maioria, talvez consigamos esse sonho de Sá Carneiro, que poderá finalmente, transformar Portugal!

Para cumprir esse “projecto de esperança”, Paulo Rangel diz não haver

nenhuma razão para “nas próximas eleições **não pedir mais uma vez para o PSD uma maioria absoluta como uma grande meta para o partido**”.

“Isto, para mim não é um sonho, é uma realidade que está ao nosso alcance”,

afirmou.

O candidato apresentou depois duas “prioridades fundamentais” que devem orientar o PSD no futuro, “conseguir libertar os portugueses do peso da dívida e fomentar a ascensão social das classes mais baixas”.

Em relação ao peso da dívida, defendeu que o problema que se põe em Portugal é que se está “a sequestrar o futuro das gerações mais jovens, torná-las escravas de uma dívida que não fizeram. Temos que libertá-las de uma dívida que não é delas”.

“É esse o sonho social democrata, o sonho de uma forte classe média onde as pessoas vivam, não com luxos, mas com conforto, sem necessidade de contar os tostões quando há despesas para pagar”, disse o eurodeputado social- democrata.

Para cumprir esse “projecto de esperança”, Paulo Rangel diz não haver nenhuma razão para “nas próximas eleições não pedir mais uma vez para o PSD a maioria absoluta.

“Isto, para mim não é um sonho, é uma realidade que está ao nosso alcance”, afirmou.

Pedro Passos Coelho

«Quem quiser governar no País, tem de ter pensado Portugal!»

O candidato Passos Coelho desafiou hoje o primeiro-ministro a adiar a votação do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para o discutir com o novo líder social democrata.

A votação do PEC na Assembleia da República está marcada para dia 25 de Março, véspera das directas para a liderança do PSD.

“Se o primeiro-ministro quer, do lado do PSD, algum acordo para exibir no estrangeiro, para exibir aos mercados externos, para exibir em Bruxelas de que na sociedade portuguesa nós apoiamos o caminho que vai ser seguido, que não escolha ele o caminho sozinho”, declarou Passos Coelho.

“E que aceite, então, não votar o PEC no dia 25 de Março, mas que o aceite votar quinze dias depois, se isso for necessário, depois de o discutir com o novo líder eleito do PSD”, completou.

- (Nota: O PM e o seu Partido, o PS, já

reponderam pela negativa a este apelo de Passos Coelho)

Passos Coelho disse, desde já, a José Sócrates que “deve saber que o PSD não aceitará um PEC que possa satisfazer Bruxelas porque daqui a três anos exhibe um défice não superior a três por cento e se isso for feito à custa das famílias portuguesas, à custa do futuro, se for feito por aqueles que são o motor da mudança em Portugal”.

Os sociais-democratas não aceitarão “escolher os maus caminhos que este Governo está a seguir”, reforçou.

“Não iremos por aí. Se quiserem a nossa ajuda e o nosso apoio, não para demagogia, mas para apoiar nas dificuldades, então que nos ouçam também, que já não há uma maioria absoluta – e mesmo que existisse ter uma maioria absoluta e governar o país não é ser dono de Portugal”, rematou.

Passos Coelho contestou a intenção



de reduzir as deduções fiscais, defendendo que “o Estado não faz nenhum favor em devolver-nos aquilo que nós gastamos” com a saúde e com a educação.

“Se nós pagamos para ter uma saúde tendencialmente gratuita, é justo que nos devolva aquilo que o Estado não nos retribui no serviço a que temos direito. Na área da saúde, diz o primeiro ministro: os senhores que em 2007 tiveram devoluções de 610 milhões de euros e em 2008 tiveram quase 650 milhões, este ano, para o ano, daqui a dois e três vão ter de descontar muito menos, mas não se preocupem, nós pagaremos todos os anos para a RTP mais de 400 milhões de euros. Não é este o caminho, com seriedade, que podemos seguir”, criticou.

Passos Coelho recordou que, há cerca de dez anos, ajudou “a fundar um movimento que se designava Pensar Portugal”, no qual participaram, entre outros, Vasco Rato e Paulo Teixeira Pinto.

“Dez anos depois, é importante que se diga que quem quiser governar no país tem de ter pensado Portugal e tem de ter uma visão do país para futuro para apre-

sentar. E essa visão não é apenas a visão da dívida”, defendeu.

“Eu não tenho dúvidas de que este Governo está ferido de morte e não tenho

dúvidas de que aguarda um golpe de misericórdia. O que nos deve preocupar, portanto, não é saber quando é que este Governo vai cair. Não temos de ter pres-

sa em chegar ao Governo, o que temos é de dar significado ao nosso regresso à área governativa. Devemos fazê-lo com cuidado”, considerou.

O fim do Congresso: votações e encerramento



Assim o XXXII Congresso do PSD terminou os seus trabalhos em Mafra, com a discussão e votação das propostas de alterações estatutárias, depois de mais de 12 horas de discussão política no Sábado, com constantes apelos à unidade.

O segundo dia do congresso chegou a ser posto em causa por uma proposta saída de uma reunião das várias candidaturas com o presidente da mesa, Rui Machete, mas não chegou a ser apresentada.

Na ordem dos trabalhos do congresso estava prevista a possibilidade de a presidente do partido encerrar os trabalhos, mas Manuela Ferreira Leite não discursou, tendo falado por último, Pedro Santana Lopes, a cuja iniciativa e recolha de assinaturas, se deve a realização do Congresso.

Este foi, sem dúvida, um dos mais fortes e apreciados Congressos do PSD nos últimos anos.

Era comum ouvir-se entre Delegados e Observadores, o comentário “Já tinha saudades de um Congresso assim!”.

A vibração, o entusiasmo, o calor da discussão e o sentimento geral de amor ao PSD, foram patentes para quanto tiveram a sorte de assistir a este XXXII Congresso.

Regressemos, pois, a este entusiasmo e à tradição: “No Congresso, discussão forte, dura e sem preconceitos; após o Congresso, Unidade e dedicação a uma só causa: a do PSD e a Portugal” - Coordenação da Redacção do “Povo Livre”



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça – feira até 12h00

Para: Fax: 21- 3973168

Email: convocatorias@psd.pt



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 29 de Março de 2010 (segunda-feira), pelas 21h00 na sede sita na Quinta dos Oliveiras, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apresentação e votação das Contas da Secção do ano de 2009
- 2 – Apresentação e votação do Orçamento da Secção para o ano de 2010
- 3 – Análise da situação político-partidária

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 23 de Abril de 2010 (sexta-feira), pelas 18h30 na sede sita na Av. Alcaldes de Faria, 270-1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 18h30 às 23h00

MARINHA GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Marinha Grande, para reunir no próximo dia 07 de Maio de 2010 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede sita na Av. 1º de Maio, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

LISBOA AO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital da Área Oeste, para reunir no próximo dia 23 de Março de 2010 (terça-feira), pelas 21h00 na sede do PSD da Lourinhã, sita na Urbanização Parque Desportivo – Lote 27 c/v, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da situação político-partidária
- 2 - Aprovação de Moções a apresentar no 33º Congresso Nacional

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de São João da Pesqueira, para reunir no próximo dia 19 de Abril de 2010 (segunda-feira), pelas 17h30 na sede da Junta de Freguesia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 17h30 às 20h00

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Marta de Penaguião, para reunir no próximo dia 24 de Abril de 2010 (sábado), pelas 15h00 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Eleição dos órgãos da Secção

Nota

As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

SÃO MARTINHO DE BOUGADO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de São Martinho do Bougado, para reunir no próximo dia 25 de Março de 2010 (quinta-feira), pelas 21h00 na sede concelhia, sita na Rua Camilo Castelo Branco, na Trofa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto único – Análise da situação

SECÇÃO B / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção B - Lisboa, para reunir no próximo dia 24 de Março de 2010 (quarta-feira), pelas 21h00 na sede sita no Campo Grande, 16 3º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação Política
- 3 – Apreciação e votação das contas da Secção B relativas ao ano de 2009

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vale de Cambra, para reunir no próximo dia 16 de Abril de 2010 (sexta-feira), pelas 19h00 na sede sita na Av. Camilo Tavares de Matos, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção
- Mesa da Assembleia de Secção
- Comissão Política de Secção
- Nota
- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estão abertas das 19h00 às 21h00



CONSELHO DISTRITAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Conselho Distrital de Leiria, para o dia 27 de Março de 2010, pelas 15h30, na Sede Distrital da JSD, sita na Av. Dr. José Jardim, em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do Calendário Eleitoral para os Órgãos Distritais da JSD;
- 2 – Análise da Situação Política.

O Vice-Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Luís Almeida Santos)

ALVAIÁZERE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Eleitoral da Secção de Alvaiázere, para o dia 17 de Abril de 2010, pelas 15h30, na Sede Concelhia da JSD, sita na Rua D. João I, em Alvaiázere, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

O Vice-Presidente do Conselho Distrital de Leiria da JSD
(Luís Almeida Santos)



TSD DE LISBOA
ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/AML

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e dos TSD convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD/AML para o dia 26 de Março de 2010, das 17h00 às 19h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

.Eleição dos 5 Delegados ao XXXIII Congresso do PSD

A Assembleia irá ter lugar na Secção B do PSD, sito no Campo Pequeno, n.º 16-3 – Lisboa

Lisboa, 12 de Março de 2010

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
Prof. Carlos Chagas

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal dos TSD, para reunir no dia 26 de Março de 2010, sexta-feira, entre as 18H00 e as 20H00, na Sede Distrital do PSD, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 16-3.º Esq., em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição de 1 Delegado ao XXXIII Congresso Nacional do PSD
Setúbal, 15 de Março de 2010

O Presidente da Mesa
Aureliano Moreira Guedes

Nota:

1. As listas de candidatos a Delegados são entregues ao Secretariado Distrital até 5 dias úteis anteriores à data das eleições;
2. Para efeitos de entrega de listas, a sede distrital estará aberta no dia 21 de Março, até às 22H00;
3. As listas terão de ser subscritas pelo mínimo de 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;
4. Os candidatos deverão assinar um termo individual ou colectivo de aceitação

de candidatura;

5. Nenhum militante poderá subscrever, na qualidade de proponente, a sua própria candidatura;

6. Para efeitos da votação, as urnas estarão abertas, no dia da eleição, das 18H00 às 20H00.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal dos TSD, para reunir no dia 26 de Março de 2010, sexta-feira, entre as 18H00 e as 20H00, na Sede Distrital do PSD, sita na Av. Dr. Manuel Arriaga, n.º 16-3.º Esq., em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição de 1 Delegado ao XXXIII Congresso Nacional do PSD

Setúbal, 15 de Março de 2010

O Presidente da Mesa
Aureliano Moreira Guedes

Nota:

7. As listas de candidatos a Delegados são entregues ao Secretariado Distrital até 5 dias úteis anteriores à data das eleições;
8. Para efeitos de entrega de listas, a sede distrital estará aberta no dia 21 de Março, até às 22H00;
9. As listas terão de ser subscritas pelo mínimo de 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;
10. Os candidatos deverão assinar um termo individual ou colectivo de aceitação de candidatura;
11. Nenhum militante poderá subscrever, na qualidade de proponente, a sua própria candidatura;
12. Para efeitos da votação, as urnas estarão abertas, no dia da eleição, das 18H00 às 20H00.